

COMISSÃO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA CMMC

76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CMMC

13 de agosto de 2025 | local: Sala de Reuniões SEMAM | Horário: 10h00

Coordenador: Glaucus Renzo Farinello (SEMAM)

Vice Coordenador: Fernanda Rodrigues Alarcon (SEINFRA/SEMAM)

Relator: Thiago Luiz Silva (SEMAM)

Representantes presentes: Sra. Fernanda Rodrigues Alarcon (SECLIMA/SEMAM), Edson Zeppini (GPM/PMS), Laís de Oliveira (DEDURB/SEMAM), Marco Antônio Rubens (SEINFRA/PMS), Sabrina Aparecida Teixeira (DECONTE/SEOBE/PMS), Victor Arroyo da Silva do Valle (DEFESA CIVIL), Janaina Nascimento (SMS/PMS).

Ausências justificadas:

Convidados: Marcelo Reginaldo Sampaio (SEPORTE).

Memória da Reunião

Pauta da Reunião:

1. Apresentação do Programa Santos Sustentável;
2. Apresentação Metas de Curto Prazo PACS COPOLUR;
3. Assuntos Gerais.

Sra. Vice Coordenadora Fernanda Alarcon agradeceu a presença de todos e deu a reunião por iniciada.

No item 1, Sra. Fernanda Alarcon justificou que por motivos de saúde, Sr. Matheus não pôde realizar a apresentação do Programa Santos Sustentável, sendo esta apresentada na próxima reunião.

No item 2, Sra. Laís (SEMAM/PMS) iniciou com a apresentação das Metas de Curto Prazo do PACS pela COPOLUR, realizou compilado dentro de todos os eixos com relação as políticas urbanas. Na sequência mostrou o estado da arte e o que foi realizado. No eixo I, articular a política do clima com as políticas de desenvolvimento urbano, incluindo normas relacionadas aos impactos do clima e dos objetivos do plano diretor. Também o prazo de elaboração do inventário GE em Santos, sendo necessária que seja feita uma contratação para que seja feito. Levantou como questionamento para possíveis indicadores, qual restrição fala-se realmente, até que ponto irá esta restrição. Salientou a importância dos GTTs serem compostos por técnicos. Disse sobre planejamento estratégico (que são baseados em cenários). Sugeriu que em um indicador futuro, seja considerada contratação externa para análise e estudo de alguns cenários, usando de exemplo alguns índices como: taxa de impermeabilidade, coeficiente de ocupação e plano de drenagem.

Praça dos Expedicionários, 10 – 9º andar – Gonzaga - Santos - SP
CEP 11.065-922 - Tel.: (13) 3226-8080 - cmmc@santos.sp.gov.br

Foi citado sobre a parceria do BNDS com a Prefeitura para obras de macrodrenagem com enfoque na Zona Leste.

Sra. Laís ressaltou sobre a colocação de ação pontual quanto à necessidade da contratação de cenários (em ordem de priorização de índices e componentes mais importantes) e seguiu falando sobre uso e ocupação do solo, bem como, as áreas críticas em relação à vulnerabilidade aos riscos climáticos tendenciais e prognósticos no plano de mudanças climáticas e quais seriam as restrições apontadas. Inteirou que foi feita análise em conjunto (COPOLUR, Defesa Civil e SEGOV) sobre revisão da LUOS (2018 a 2022) na qual foi analisado o PMRR que já era um critério para zonear o que se chama de zona de proteção paisagística e ambiental, pois é uma área com extrema restrição de uso e ocupação do solo. Deu exemplo como as áreas de morros e encostas. Salientou que tem que ter um componente para medição, mesmo o indicador estando composto.

Sra. Fernanda solicitou exemplo de restrição de uso e ocupação nas áreas elencadas.

Sra. Laís respondeu que nas áreas de Morros o coeficiente de aproveitamento é menor, a taxa de impermeabilidade é maior e a taxa de ocupação é menor.

Sra. Fernanda ressaltou que a permeabilidade no morro pode ser convertida em casos de retenção.

Sra. Laís responde que há possibilidade.

Foi informado que no código de edificações há menção de casos de obras em geral e obras em áreas de risco, sendo mais restritivo.

Sra. Laís falou das encostas de morros e nas áreas sujeitas a inundações, que necessitam do encaminhamento de laudos técnicos. No caso da área continental, participou de proposta encaminhada do Executivo em 2023 para câmara municipal, restringindo mais o uso em algumas áreas que possuíam uma componente de maior preservação, deixando de ser áreas de expansão urbana, proposta esta que ainda poderá sofrer alterações. Na sequência, dentro do eixo I, falou da revisão, que estava em curso das leis 729 e 1006; dos mapas de sustentabilidade e cartas geotécnicas do Plano Municipal de Redução de Riscos. Complementou que foram concluídas e foram feitas propostas com esta camada dos mapas de suscetibilidade quanto o PMRR, sendo necessária a elaboração de indicadores para saber se estão sendo adequadas tais restrições ou não, porém ainda sim é uma meta considerada cumprida. Falou sobre drenagem quanto a elaboração de um Plano Municipal de Modernização de Drenagem Insular com mapeamento e cadastros da situação dos sistemas de drenagem no município. Disse que no Plano Diretor é previsto um Sistema Municipal de Saneamento Ambiental, com uma seção específica de estruturação de sistema de drenagem, uma das ações prioritárias é criar o Plano Diretor de drenagem do município. Citou fragilidade neste tema no Plano Diretor, pois não há estipulação de prazo e de quem é a responsabilidade. Na sequência, falou do projeto de lei para reservatório de retenção nos lotes dos empreendimentos, no qual já existe o decreto, porém se faz necessário uma revisão no Plano Diretor.

Sra. Fernanda disse que o índice está defasado e existe outro atualmente que está muito maior. Sra. Laís pontuou que quantos as melhorias no serviço de ônibus por meio de expansão de faixas

e fiscalização mais forte, com sinais que priorizam os ônibus pelas ruas da cidade; o PLOMOB tem essa componente e é previsto dentro do capítulo que trata sobre planos de transporte. Inteirou sobre criação de áreas prioritárias para pedestre que restrinjam um acesso de veículo e criação de espaços públicos para diminuir o congestionamento e melhoria da qualidade do ar; com enfoques na acessibilidade urbana, vias verdes e vias exclusivas de pedestres. Sugeriu que poderia virar uma lei, com ações e metas mais claras.

Sra. Fernanda sugeriu que no plano de turismo acessível e na rota turística no centro, realizar um mapeamento dos edifícios que podem se incorporar nesta rota e um estudo de acessibilidade das quadras.

Sra. Laís informou no plano de rotas que há diretriz macro para toda área insular de Santos e discorreu brevemente sobre este. Na sequência, quanto à restrição da urbanização sensível e redirecionar o crescimento urbano para áreas de baixo risco, informou que colocou a mesma ação disposta no eixo I com possíveis revisões. No eixo III, falou do planejamento da ação integrada ao desenvolvimento de políticas habitacionais para as populações vulneráveis e sobre suas defasagens e revisões.

Foi perguntado sobre a questão dos prédios históricos, que precisam de uma legislação para mudar a fachada e que há resistência das pessoas em relação a isso.

Sra. Laís informou que muito imóveis que são cortiços possuem níveis de proteção, e dependem da contratação de um profissional específico, o que não está no alcance da grande maioria da população, mas que há sim a possibilidade de adaptação dos imóveis.

Na sequência, citou uma ação de regularização e provisão habitacional dentro dos dados do PMH de 2009. Falou brevemente de outra ação de inserir corredores ecológicos, rede verde e azul, corredores articulados com os canais e corpos d'água no Estuário e âmbitos do Plano Diretor.

Seguiu falando sobre a recuperação das áreas degradadas não ocupadas no corredor Jurubatuba do Estuário, explicando que é uma meta não cumprida.

Sra. Fernanda disse que é importante colocar na planilha qual o encaminhamento, demanda e sua justificativa por não ser cumprida.

Sra. Laís explicou que foi elaborada carta informativa e da não concordância com a proposta.

Foi dito que houve a revisão da lei do licenciamento que vai ampliar ainda mais o poder das obras de infraestrutura.

Sra. Laís explicou que todas as áreas que tem berço de atração de porto, são protegidas por lei federal, pois são áreas de restinga, manguezal ou Mata Atlântica sendo proibido o uso de ocupação destas áreas, no entanto por se reconhecer que o porto precisa estar em beira de rio, ou dentro do mar tem uma autorização federal. Mencionou sobre o uso retroportuário (pátio de armazenamento de container) que pode ter conexão viária ou ferroviária e pode ser mais afastado destas áreas.

Foi questionado se há medidas compensatórias e mitigadoras por esse tipo de intervenção pelo Governo Federal ou de empresas.

Sra. Laís respondeu que sempre tem, mesmo que não voltada para o município.

Foi levantada a questão da compensação ambiental, reserva legal e a supressão.

Foi mencionado sobre reclamação dos pescadores quanto à redução na pesca.

Sra. Laís destacou quanto à articulação do município em como ajudar o Porto a ser mais eficaz. Citou-se sobre a necessidade do convencimento junto às empresas portuárias para a importância dos cuidados ambientais e apresentando a esta possíveis cenários.

Sra. Laís inteirou que quanto à garantia de conexão ecológica entre parque estadual Serra do Mar e manguezais como definido no PMMA na revisão da LUOS as áreas de preservação foi ampliada em alguns territórios, mais que terão que ver quais as definições prioritárias; exemplificou como áreas o Parque dos Mangues e o caminho Jurubatuba. E sobre regulamentar a APA Santos Continente e garantir seu zoneamento e demarcação dos manguezais e vegetação associada como áreas intangíveis, garantindo a conectividade da Mata Atlântica disse que alguns anos atrás a APA Santos Continente tinha lei própria, e que foi enxergado na revisão fragilidade porque a lei do zoneamento tem caráter de ocupação de solo, sendo mais voltada para o desenvolvimento urbano e tem uma frequência de revisão muito grande. Informou que a APA Santos Continente foi retirada de dentro de lei de uso e ocupação do solo da área Continental, que está em aprovação no Legislativo. Quanto à recuperação das áreas degradadas com imediata recuperação da vegetação após a desocupação de áreas ocupadas irregularmente. Colocou que algumas áreas não sofrem muita pressão por ocupação, e em outras historicamente as pessoas são retiradas e há uma reocupação. Sendo que o maior ganho ambiental é na requalificação do território através de saneamento básico, reurbanização e regularização fundiária. Não dando para dizer que foi meta cumprida, pois não está recuperando todas as áreas ocupadas no seu estado natural e sim, sobre outros aspectos, e de acordo com o PMMA a recuperação é do seu do estado original, o que não é o caso quando se faz uma melhoria ambiental. Disse que estão realizando a revisão do Plano Cicloviário. Quanto à inclusão de orientações no plano de mobilidade para modos de transporte que reduzam emissões, poluentes e gases do efeito estufa. Informou que está previsto no Plano de Transporte que ainda está sendo realizado. Finalizando apresentação agradecendo a todos. Sra. Fernanda parabenizou a apresentação e informou que irá enviar a planilha revisada e dos próximos passos. Espera se envolver cada dia mais, assim como espera dos demais, se desenvolvendo e aprendendo acerca dos temas discutidos

No item 3, Sra. Fernanda inteirou que as reuniões da CMMC conforme acordado anteriormente, ocorrerão nas segundas quintas feiras do mês. Falou sobre a próxima reunião será de 11/09 onde ocorrerá a apresentação do Santos Sustentável, e também a apresentação das ações da SEINFRA e Saúde. Sem mais nada a ser tratado no momento, à reunião foi encerrada

FERNANDA ALARCON
VICE COORDENADORA DA CMMC

Praça dos Expedicionários, 10 – 9º andar – Gonzaga - Santos - SP
CEP 11.065-922 - Tel.: (13) 3226-8080 - cmmc@santos.sp.gov.br

